
TRT-SP julga nesta segunda-feira greve de terceirizados do Poupatempo Lapa

A Justiça do Trabalho julga nesta segunda-feira (21/1) a legalidade do movimento grevista dos funcionários terceirizados do Poupatempo da Lapa, em São Paulo. A juíza Eliane Aparecida da Silva Pedroso, relatora do processo, agendou o julgamento para as 13h30, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na Rua da Consolação, 1.272, na capital paulista.

Os trabalhadores decidiram fazer um ato às 12h, em frente à sede do TRT, onde ocorrerá o julgamento. O Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (Sindeepres), que representa a categoria, reivindica melhores condições de trabalho e de salário.

A greve completa, nesta segunda-feira, 41 dias. A Justiça terá de decidir se a greve é abusiva ou não; o valor do aumento salarial; a concessão ou não de estabilidade no emprego aos grevistas; e se os dias parados serão descontados ou compensados.

O movimento, que conta com quase 100% de adesão dos trabalhadores terceirizados de acordo com o sindicato, cobra equiparação salarial com as outras unidades. Os trabalhadores, que hoje têm salário de R\$ 655,40, pedem piso de R\$ 953,52, salário recebido por outras unidades do Poupatempo na capital. Ainda de acordo com o sindicato, os terceirizados do Poupatempo Lapa ganham os menores salários entre os 31 Poupatempos. Até o momento, segundo a entidade, o Consórcio Lapa Poupatempo, que opera o serviço, não fez uma proposta para equiparar os salários.

A greve teve início no dia 10 de dezembro de 2012. A unidade, na Zona Oeste de São Paulo, tem capacidade para até 10 mil atendimentos diários. Atende moradores dos bairros de Pinheiros, Barra Funda, Freguesia do Ó, Jaraguá, Jaguaré, Lapa, Limão, Perdizes, Pirituba, São Domingos e Vila Leopoldina.

A greve por tempo indeterminado foi decidida pela categoria no dia 5 de dezembro, em assembleia geral.

Os trabalhadores, o sindicato e o consórcio não chegaram a nenhum acordo nas várias reuniões e na audiência de instrução e conciliação, que ocorreu no dia 20 de dezembro no Tribunal Regional do Trabalho. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Sindeepres.*

Date Created

21/01/2013